



☒ **CHECKLIST: ⚖️ REPACTUAÇÃO POR DISSÍDIO COLETIVO: “PASSO A PASSO” PARA NÃO PERDER DINHEIRO ⚖️**

☐ **FASE 1: ANÁLISE DE DIREITO**

- ☐ Meu contrato é de serviços contínuos com mão de obra: vigilância, limpeza, segurança, recepção ou portaria?
- ☐ Passou mais de 1 ano desde a proposta ou último aumento?
- ☐ Houve novo dissídio, acordo ou convenção coletiva após meu contrato?
- ☐ Meu sindicato publicou o novo piso salarial ou outro aumento de custo com mão de obra?

☐ **FASE 2: COLETA DE DOCUMENTOS**

- ☐ Tenho cópia do contrato original assinado?
- ☐ Tenho cópia do dissídio/acordo coletivo publicado?
- ☐ Tenho extrato do novo piso salarial (data de vigência)?
- ☐ Tenho folha de pagamento ANTES do dissídio?
- ☐ Tenho folha de pagamento DEPOIS do dissídio?
- ☐ Identifiquei quantos funcionários foram impactados?

☐ **FASE 3: CÁLCULO DE IMPACTO**

- ☐ Calculei o valor anterior de mão de obra (por mês)?
- ☐ Calculei o valor novo de mão de obra (por mês)?
- ☐ Identifiquei a diferença percentual (ex: 30%)?
- ☐ Multipliquei o impacto mensal pelos meses de contrato?
- ☐ Montei planilha com valores detalhados (ANTES vs. DEPOIS)?
- ☐ Incluí cálculo de impacto total no preço do contrato?

☐ **FASE 4: PREPARAÇÃO DO PEDIDO**

- ☐ Redigi ofício formal solicitando repactuação?
- ☐ Incluí referência ao Art. 135, Lei 14.133/2021?
- ☐ Mencionei data de publicação do dissídio?
- ☐ Anexei cópia do dissídio/acordo/convenção coletiva?



- ☐ Anexei planilha de custos detalhada?
- ☐ Anexei folhas de pagamento (ANTES e DEPOIS)?
- ☐ Indicar claramente o percentual de reajuste solicitado?

#### ☐ FASE 5: PROTOCOLO DO PEDIDO

- ☐ Identifiquei o setor correto da administração pública?
- ☐ Enviei por meio oficial: e-mail corporativo, protocolo ou plataforma do governo?
- ☐ Guardei comprovante de envio/recebimento?
- ☐ Anotei data de envio: para acompanhar pelo prazo de 30 dias?
- ☐ Deixei cópia do pedido arquivada na empresa?

#### ☐ FASE 6: ACOMPANHAMENTO

- ☐ Anotei a data limite: 30 dias após protocolo?
- ☐ Fiz “follow-up” com o governo antes do prazo?
- ☐ Aprovado o aditivo ao contrato?
- ☐ Se negarem: preparei recurso administrativo?
- ☐ Se não responderem: protocolei representação no TCU/TCE?

#### ☐ FASE 7: AÇÕES FINAIS

- ☐ Se aprovada, já foi formalizado novo preço com aditamento?
- ☐ Se negada: enviei recurso fundamentado (3 dias úteis)?
- ☐ Se não responder: denunciei ao Tribunal de Contas?
- ☐ Arquivei toda documentação (processo pode durar anos)?

O contrato da sua empresa está prejudicado por dissídio coletivo e você não sabe como cobrar esse direito?

A Gera Consultoria oferece:

- ☒ Análise jurídica do seu contrato e dissídio;
- ☒ Pedido de repactuação fundamentado;
- ☒ Acompanhamento da resposta do governo;



- ☒ Recurso administrativo;
- ☒ Representação do ente público no Tribunal de Contas.

☞ FAÇA UMA ANÁLISE INICIAL GRATUITA COM NOSSO ESPECIALISTA

## 🔗 CONCLUSÃO

Repactuação por dissídio coletivo é seu DIREITO, não favor do governo.

A Lei 14.133/2021 garante a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, caso o custo da mão-de-obra do seu serviço encareceu por imposição legal (dissídio). Não deixe passar! A maioria das empresas perde dinheiro por não conhecer esse direito.

Seu contrato foi impactado por dissídio e você quer garantir a repactuação com segurança jurídica?

A Gera Consultoria tem especialista na manutenção do reequilíbrio de contratos administrativos e está pronto para ajudar.

☎ WhatsApp: (14) 98105-3999

☞ AGENDE CONSULTORIA AGORA